

ESPIERTA PLURINACIONAL ANTIMPERIALISTA TRAN

URINACIONAL DESPIERTA

tricontinental
Instituto Tricontinental de Investigación Social



JORNADA
INTERNACIONAL
DE LUCHA 2020
ANTI-IMPERIALISTA

NTIMPERIALISTA LUCHA DESPIERTA

RANSMUTA

LUCHA PLURINACIONAL ANTI

UCHA PLURINACIONAL

MUTA ANTIMPERIALIS

ESPIERTA

ERIALISTA TRAN

LURINACIONAL

ESPIERT

UCHA DE

L ANTI

NTIMPERIA

MUTA P

RANSMUTA

NAL ANTI

UCHA PLURINACIONAL

ERIALIS

ESPIERTA PLURINACIONAL

ELISTA TRAN

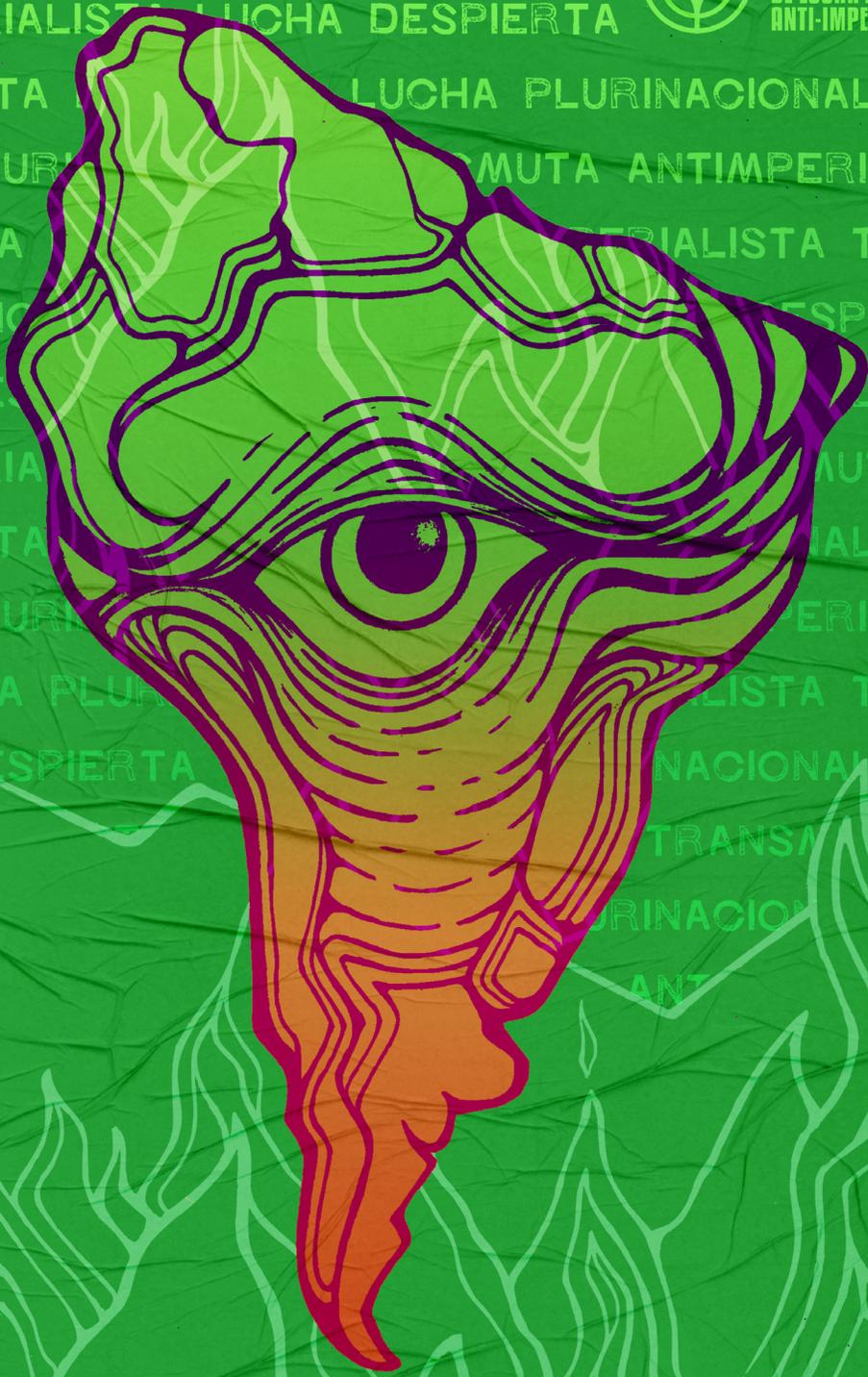
ESPIERTA

NACIONAL ANTI

TRANSMUTA

LURINACIONAL

ANTI



5

Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina

Olívia Carolino Pires¹

Resumo // No leito histórico revolucionário latino-americano, há uma tradição em vincular a luta nacional por soberania, a luta por libertação nacional a uma causa latino-americana, com uma perspectiva internacionalista e anti-imperialista. O presente artigo se dedica a aprofundar cada um desses conceitos no âmbito da teoria marxista e tecer considerações sobre a inter-relação destes nas lutas travadas no continente e nos desafios atuais diante a ofensiva do Imperialismo.

Palavras-chave // questão nacional, internacionalismo, anti-imperialismo, marxismo e América Latina.

1 Pesquisadora no Observatório da Financeirização do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Introdução

O internacionalismo é um valor militante presente historicamente na prática de quem luta por um mundo melhor e treme de indignação diante de qualquer injustiça no mundo desde o momento em que “*a humanidade que disse basta e se pôs em marcha*”. Essa foi a seu tempo a palavra de ordem da Conferência da Tricontinental (1967), de onde o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social toma emprestado o nome. Esse grito está nas gargantas há gerações de militantes num processo constante de lutas anti-imperialistas.

A luta é um processo constante, mas, o termo Imperialismo nos debates políticos parece sair de cena em momentos de derrota da classe trabalhadora. Objeto de debates principalmente entre os marxistas desde o limiar da Primeira Guerra Mundial, o tema foi saindo de circulação com a derrota das esquerdas em 1968 e a guinada conservadora da década de 1970. Em meio a debates em torno da terminologia midiática da globalização e do referencial de análise neoliberal a maneira precisa de caracterizar o inimigo da Humanidade segue sendo: Imperialismo. Desde o começo da ofensiva militar estadunidense da chamada “Era Bush”, na primeira década do século XXI, o tema do Imperialismo volta à baila nas reflexões do pensamento crítico de esquerda. Esse processo foi acompanhado por um movimento de massa de caráter internacionalista com centralidade no anti-imperialismo que foi a Campanha Continental Contra a ALCA (2003-2005).

A importância em chamar as coisas pelo nome que elas têm diz respeito à essa categoria de análise da realidade, Imperialismo, estar presente no horizonte da juventude que rompe o silêncio contra a opressão e faz as mediações necessárias entre a lógica política, a lógica econômica e as determinações de gênero e raça.

No presente artigo, tecemos algumas considerações sobre o tema da questão nacional no âmbito da teoria marxista e sua relação com a luta anti-imperialista a partir dos processos por libertação nacional na América Latina.

O que é a luta anti-imperialista?

A primeira observação que tratamos de fazer é que a cada forma de atuação do inimigo, o Imperialismo, corresponde uma determinada forma de resistência e luta dos povos, ou seja, uma forma de luta anti-imperialista.

O marxismo é uma atitude científica de entender o mundo a seu tempo para transformá-lo. O que nos marcos desse referencial de análise podemos chamar de *Imperialismo clássico*, se configura diante da necessidade de expansão do capital industrial em busca de matéria prima, mão de obra barata e mercado consumidor. A estratégia, nessa lógica de acumulação de capital, era predominantemente a de ocupação por meio de empresas e bases militares que garante coerção em última instância. Respectivamente a esse padrão de exploração e dominação do capital industrial, correspondia a luta da classe trabalhadora urbana, empregada nas indústrias, entoar a primeira palavra de ordem internacionalista que foi o *“trabalhadores de todo mundo – uni-vos!”*. E, por meio de ferramentas como sindicatos, movimentos feministas, movimentos sociais interromper processos produtivos no enfrentamento das multinacionais, empresas transnacionais, denunciar acordos de livre comércio e a relação subserviente dos Estados Nacionais aos interesses das grandes corporações internacionais.

Por sua vez, a lógica atual de padrão de acumulação do capital por dominância financeira faz com que o Imperialismo atue por meio da compra de títulos da dívida pública que se transforma em dívida externa e obriga o povo a arcar com esse passivo que é arrecadado por meio de impostos. O Tesouro Nacional transfere esses recursos para fundos especulativos por meio do pagamento dos juros da dívida. Ou seja, ou Estado opera uma transferência de riqueza da sociedade para os bancos e sistema financeiro. Nesse caso, ao invés de instalar suas empresas nos países dependentes, o Imperialismo atua predominantemente negociando empresas na Bolsa de Valores e promovendo uma ofensiva sobre os bens natureza como a Amazônia, petróleo, minério, água - como forma de buscar remuneração para os papéis negociados.

Essa dominação do capital financeiro vem transformando as relações de produção e está mundialmente em ofensiva para adequar as instituições políticas e os Estados Nacionais às suas necessidades de acumulação e reestruturação produtiva. As exigências de acumulação capitalista financeirizada tem se mostrado incompatíveis mesmo com a democracia liberal burguesa e esse processo deflagrou a ofensiva mundial de forças conservadoras, autoritárias, intolerantes, de extrema-direita no sentido da eliminação dos povos ou a intensificação de povos sem destinos, sem lugar no mundo – que caracteriza hoje o fenômeno do genocídio pelo vírus e pela fome e o fenômeno das migrações e refugiados.

A segunda dimensão que queremos destacar reside numa dimensão central da crítica marxista que é considerar que o capitalismo perdeu seu conteúdo

civilizatório a medida em que o século XX foi o século da Guerra Total. Entre o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815, e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, os conflitos foram localizados. No século XX, o Imperialismo trouxe consigo uma época de guerras generalizadas sem precedentes na história da humanidade.

O historiador Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos*, narra o período histórico que vai da Primeira Guerra Mundial ao colapso da União Soviética. Nas palavras dele: “Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, (...) em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu distante”. Referindo-se à “(...) crescente brutalidade e desumanidade do século XX”, observa que “sobre essa curva ascendente de barbarismo após 1914 não, há, infelizmente, dúvida séria”. “Em resumo, a catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos”.

Com o término da Segunda Guerra, o desmoronamento dos “impérios” europeus e sob o impacto decisivo das duas revoluções – na Rússia em 1917 e na China em 1949 – o capitalismo, como modo de produção, foi reconstruído de maneira mais vigorosa, os processos de concentração e centralização do capital avançaram numa escala sem precedentes, o que se exprimiu no crescimento vertiginoso da economia do pós-guerra, base da revolução técnica e científica.

Esse processo correspondeu a uma nova configuração do Imperialismo, estruturado em escala ampliada, centrado no poder dos Estados Unidos exercendo sua hegemonia como potência mundial. Não por outra razão o complexo industrial-militar estadunidense, responsável pela produção da máquina militar mais poderosa na história da humanidade, é um dos setores mais pujantes da economia, núcleo do progresso técnico. Com isso, o estado de Guerra Total da quadra histórica que vai de 1914 a 1945, foi substituído pelo risco permanente de uma catástrofe nuclear e da extinção da raça humana.

O desmoronamento do mundo burguês criado no século XIX revela uma escalada da barbárie ao longo do “breve Século XX”, no qual “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”. Desde 6 de agosto de 1945, não há mais como ignorar que as relações entre os indivíduos acontecem num contexto em que as armas atômicas estão presentes e podem ser

acionadas, ou seja, a partir de Hiroshima e Nagasaki a humanidade esteve alerta à possibilidade de nova catástrofe nuclear de modo que viveríamos assim um *tempo do fim* em que a “ausência de futuro já começou”.

Diante da crise ambiental e a emergência de epidemias e crise sanitária o *tempo do fim* nesse cenário seria a vida humana perante a sobrevivência, diante da perda do “domínio” da natureza pelo homem. Hoje somos 7,8 bilhões de indivíduos espalhados e interconectados pelo planeta, um grande ecossistema para ser colonizado pelos vírus. A particularidade do *fim do mundo* em meio a situação nuclear é que ele perde todo seu caráter simbólico e ritualístico. O fim da humanidade se torna um gesto técnico preparado com lucidez. A mobilização da totalidade dos recursos tecnológicos e da capacidade humana coincide com o instante do fim dessa razão. Mas, por depender de um gesto humano, o risco sempre foi acompanhado por lutas antinucleares e pela esperança de que os governos pudessem desativar as usinas de energia e os arsenais de guerra. Já o colapso ambiental em curso parece estar inteiramente fora do nosso alcance anular, cabendo a nossa ação apenas mitigar sem se dar ao luxo de isolar fenômenos intimamente conectados na chamada economia da natureza. Por fim, diferente do colapso ambiental que atinge todas as vidas do planeta, a condição pós-pandemia nos coloca diante de um *tempo do fim* que atinge exclusivamente nós seres humanos. (NAKAMURA, 2020).

O século XX foi também um século de crises profundas. São crises inerentes ao desenvolvimento da economia capitalista, mas no século XIX, eram menos profundas e tendiam a ser superadas, em grande medida, pelos próprios mecanismos da economia de mercado. A crise de 1929 chegou a uma profundidade desconhecida até então, que colocou o próprio sistema sob risco, esfacelando a democracia burguesa em diversas partes do mundo, sobretudo na Europa. No limite, produziu episódios de barbárie extrema, a exemplo da eclosão violenta do nazi-fascismo – às vésperas da eleição de Hitler, por exemplo, a Alemanha. (VIEIRA, 2013)

Portanto, o século do Imperialismo frustrou as promessas de generalização global do progresso econômico e de autodeterminação dos povos. A despeito das esperanças emancipatórias e progressistas da burguesia do século XVIII, o século XX foi uma era de extrema violência nas experiências do neocolonialismo, ao mesmo tempo que revelou, como fenômeno crônico, o “subdesenvolvimento”. No início do século XXI, o clube restrito dos países chamados “desenvolvidos” é composto, com uma ou outra rara exceção, basicamente, pelos mesmos países que o formavam no último quartel do século XIX.

A partir da década de 1970 a brutal concentração e centralização do capital do pós-guerra produziu suas próprias contradições. O capitalismo contemporâneo, desde a década de 1980, vive numa espécie de estado permanente de crise rastejante, ou seja, uma crise que não cumpre seus desígnios do capitalismo se reinventar e retomar suas taxas de lucro globais. Os arranjos “globais” do grande capital monopolista, sob o arbítrio de uma oligarquia financeira cada vez mais poderosa, corroeram as bases das democracias burguesas e sucumbe economias nacionais. O colapso das experiências socialistas – que puseram de quarentena o espectro da revolução que até então rondava o planeta – abriu caminho para o desmonte do chamado “Estado de bem-estar social” onde ele existiu levando à falência a alternativa política do reformismo. Partidos tradicionalmente referidos à esquerda reformista, se chegam ao poder terminam por administrar a crise e promover a política da oligarquia financeira contra o trabalho. As promessas do mito da globalização se descortinam em meio às explosões de violência do Imperialismo e de sua guerra sem fim cada vez mais em horizontes de “fim do mundo”.

Levando em conta esse quadro de configurações do Imperialismo, crise rastejante e ausência de futuro as lutas anti-imperialistas são portadoras de um conteúdo internacionalista de defesa da vida e da paz. São lutas que precisam necessariamente distinguir processos civilizatórios de processos de libertação dos povos e assim avançar na crítica à modernidade e pós-modernidade. É uma luta anticapitalista que expressa o seu caráter de classe. É uma luta anticolonial pelo direito dos povos existirem e cada vez mais uma luta pela possibilidade do planeta existir, que explicita a dimensão ambiental dessa luta.

O internacionalismo e a questão nacional

O marxismo é mais uma teoria dos conflitos que do sistema, ainda que Marx se visse obrigado a estudar o sistema. Ele não parte da concepção do capitalismo enquanto um regime antiquado que se supera, mas, ao contrário, parte da natureza do capitalismo, que, diferente dos modos de produção anteriores, só se reproduz se revolucionando. Isso leva ao marxismo a flagrar um antagonismo que não pode se resolver jamais: as condições da superação do capitalismo, por estar no âmbito da luta de classes, estão relacionadas a contradições internas cada vez mais profundas e mundiais.

O “Manifesto do Partido comunista” elucidada como, da perspectiva da expansão capitalista, o Estado Nação se apresenta de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que é uma forma adequada de organização social para a dominação burguesa, convive com a vocação da burguesia de se expandir mundialmente:

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. (MARX, 2008, p. 10)

O objeto particular do marxismo é o capitalismo. A produção do conhecimento na época de Marx e Engels era marcada pela disputa entre positivismo e evolucionismo que triunfam na cena teórica no mesmo momento em que as ideias desses autores assumem relevância. Tanto o marxismo quanto o positivismo e o evolucionismo são produções de conhecimento na circunstância de uma Europa que, pelo seu peso econômico e material, se colocava como centro do mundo, e, portanto, foram teorias com potencial de se universalizar.

Marx e Engels tiveram a capacidade de reagir contra o positivismo e o evolucionismo. Essa é uma questão de fundo na universalização do marxismo enquanto teoria social. Nem todos seus seguidores tiveram essa capacidade. Por exemplo, o desenvolvimento da teoria marxista de 1870 - 1917, a chamada Social Democracia é conhecida por um caráter não subversivo que se imprimiu nessa nova universalização do marxismo que aceita o positivismo e o evolucionismo que Marx e Engels rechaçavam. A Social Democracia reuniu um conjunto de organizações marxistas, partidos e sindicatos que, em grande medida, se adequaram à dominação capitalista. Com a essa prática da Social Democracia o marxismo se adéqua à cultura burguesa e renuncia a invenção de uma nova cultura, de novos valores e de visão de mundo. Assim, a teoria marxista na época da Social Democracia assumiu legitimidade teórica nos marcos da legitimidade do capitalismo e com isso, o marxismo que se universaliza com a Social Democracia assume a realização da racionalidade moderna e a questão nacional associa-se a uma ideologia de dominação burguesa.

Lenin rompe com essa premissa e, a partir de então, temos um terceiro momento do marxismo, diferente da universalização do marxismo que proporciona referências teóricas importantes para se pensar a relação entre imperialismo e questões nacionais.

Também ganha contornos mais claros com Lenin a compreensão fundamental no marxismo de que é a centralidade da política e de que os grandes problemas da vida dos povos nunca são resolvidos senão pela força. (SALEM, 2008, p. 66).

A conhecida polêmica sobre o direito dos povos à autodeterminação, travada entre Lenin e Rosa Luxemburgo é um exemplo da tensão em torno do debate sobre as questões nacionais e a incontornável necessidade da centralidade do poder nas lutas proletárias.

Em 1912, Rosa Luxemburg examinou o que chamou de “fase imperialista da acumulação de capital (...)”. Por outros caminhos, em 1916, em meio à Primeira Guerra Mundial e às vésperas da Revolução Russa, Lenine escreveu: “(...) o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”, designando uma fase particular na história do modo de produção capitalista, cujas consequências, reveladas principalmente pela barbárie do colonialismo e da guerra, não poderiam ser enfrentadas senão com a destruição mesmo de toda a ordem social estabelecida. De um lado, era uma crítica corrosiva à oligarquia financeira que ocupava o topo da hierarquia social sobre a base de um processo de concentração e centralização do capital em estágio avançado, correspondente à transição de um regime concorrencial a um regime monopolista, e à supremacia da forma financeira do capital. As contradições amplificadas por esses processos de potencialização da acumulação levavam à exportação de capital e, com isso, à partilha do mundo entre as grandes corporações capitalistas e, no limite, entre as grandes potências. De outro lado, tratava-se de uma crítica também corrosiva ao reformismo, à chamada “aristocracia operária”. Os *sobre lucros* dos grandes monopólios e oligopólios poderiam ser canalizados para uma elevação relativa dos salários de uma parcela da classe operária, o que teria, como contrapartida política, a conversão de parte substancial do movimento operário ao reformismo.

O escrito de Luxemburgo, de 1908 e 1909, de crítica ao parágrafo nove do programa (elaborado em 1903) do Partido Operário Social Democrata da Rússia (bolchevique), assim como o de Lenin, de 1914, em resposta àquele, possuem um viés pragmático. No fundo, a discussão não se trava sobre a essência da nação, mas sobre o tratamento político que merece em razão dos objetivos revolucionários a que suas organizações se propõem.

A polêmica entre a questão nacional e o internacionalismo no marxismo não começou, no entanto, com Luxemburgo e Lenin. Um momento significativo

na elaboração marxista sobre a questão nacional foi a II Internacional, fundada em 1889, que elaborou políticas sobre a questão nacional. No entanto, tanto no Congresso de 1889, quanto no de 1896, a indicação sobre a questão nacional e colonial não assumem centralidade nos debates. Há uma condenação geral ao colonialismo por parte dos socialistas, mas a questão nacional fica menosprezada, à medida que prevalecia o entendimento de que a Revolução mundial resolveria todas as contradições produzidas pelo capitalismo, inclusive essa.

Foi na III Internacional Comunista, 1919, que o tema da questão nacional e colonial apareceu com centralidade e, neste contexto, é que se insere a polêmica Luxemburgo/Lenin.

Uma série de acontecimentos, a Revolução Russa de 1905 e propriamente a de 1917, a questão do Marrocos em 1905 e 1906, assim como o crescimento das lutas operárias na Europa colocaram a questão nacional e colonial como tema importante. Da mesma forma uma série de publicações como Hobson (1901), Hilferding (1910), Luxemburgo (1913), Lenin (1916) elucidam as tensões entre o nacional e o transnacional geradas pelo capital monopolista, o Imperialismo.

Esse é o contexto em que Luxemburgo objeta à formulação bolchevique do direito dos povos à autodeterminação, apontando para absoluta contradição entre a problemática nacional e a luta pelo socialismo. A análise de Luxemburgo não desconhece a existência das características locais, mas mantendo-se numa determinada forma de interpretação de Marx e Engels, entende que as características do capital são tais que inevitavelmente levarão a “esta marcha triunfal, ao longo da qual o capitalismo abre brutalmente seu caminho por todos os meios, (e que) possui também seu lado luminoso: criou as condições preliminares ao seu próprio desaparecimento definitivo; pôs em destaque a dominação mundial do capitalismo à qual só a revolução mundial do socialismo pode suceder. Na era do Imperialismo desenfreado, já não pode haver guerras nacionais” (LUXEMBURGO:161, Apud. VIGEVANI, 1998, p.48).

VIGEVANI (1998) pondera sobre a posição de Luxemburgo que, a questão das particularidades nacionais ou dos interesses específicos já não da nação, mas das próprias classes alocadas nacionalmente deixam de existir, ou melhor, são entendidas como passíveis de resolução apenas na medida em que se resolva o problema fundamental, o da derrota definitiva do capitalismo. As formas concretas de produção da história no século XX indicam que este enfoque, politicamente significativo no início deste mesmo século, não encontrou possibilidades de

concretização. Isto leva à necessidade do questionamento das razões deste desenvolvimento. (VIGEVANI, 1998, p. 48)

Destacamos em BROUÉ (2007) um episódio que ilustra na Internacional Comunista 1919 – 1943 em que bases o debate sobre a questão nacional ganha relevância no II Congresso (junho de 1920) que reúne em Moscou, 217 delegados de 37 países e 67 organizações (BROUÉ, 2007, p.197):

Lenin anuncia que a comissão adotou suas teses com emendas, inclusive com algumas do indiano M.N. Roy, o que acarretou em unanimidade completa sobre as questões importantes. Segundo ele, a ideia essencial das teses apresentadas é a distinção entre nações opressoras e nações oprimidas. A segunda ideia é a que as relações entre os povos são agora determinadas pela luta de um grupo de nações imperialistas contra a Rússia soviética. A terceira é a importância do movimento burguês-democrático nos países atrasados, que conduziu a comissão a substituir “burguês-democrático” por “nacional-revolucionário” para qualificar movimento que a Comintern deve apoiar, ao passo que ela deve combater a burguesia reformista. Ele sublinha, finalmente, que a comissão rejeitou a ideia de que os países atrasados devem obrigatoriamente passar por uma fase de desenvolvimento capitalista para sair de sua condição presente. (BROUÉ, 2007, p. 204)

BROUÉ (2007) descreve que depois da leitura dos adendos, M. N. Roy toma a palavra para falar do desenvolvimento de um movimento de massas dos trabalhadores na Índia, que teve, desde o começo, uma coloração de um movimento de classe e sublinha a importância do “nacionalismo revolucionário”, que pode provocar o desmoronamento do imperialismo europeu, o que é de uma importância imensa para o proletariado europeu.

Os incidentes que ocorrem no prosseguimento do debate são bem elucidativos da tensão em torno do debate sobre as questões nacionais e a imprescindível necessidade da análise concreta da situação concreta quando se trata desse caráter contraditório entre o nacional e transnacional da perspectiva das lutas proletárias. Seguimos com a descrição de Broué (2007).

BROUÉ (2007) comenta a intervenção do americano John Reed que apresenta o problema dos negros nos EUA sob o duplo aspecto: de movimento

sócio-racial, bem como proletário-operário; E comenta a intervenção de Radek, para quem a Internacional Comunista não derrotaria o Imperialismo com a ajuda das massas europeias, mas também com a ajuda de suas colônias. Recordando a utilização das tropas africanas, Radek diz que a Comintern deve agir e o dever dos comunistas é o de dar uma ajuda direta às lutas de libertação nos povos, argumenta: “os comunistas, nós podemos estender as mãos a todos os oprimidos. Não é a exploração que levamos, mas a assistência fraternal”. (BROUÉ, 2007, p. 204). Instaure-se a tensão, Serrati (italiano) exige o encerramento do Congresso, ele alega que perdeu seu tempo ouvindo os detalhes sobre os negros de Chicago, sem tratar das questões gerais de fundo. Ao que tudo indica, a intervenção desagradava tanto que nenhum italiano foi à comissão sobre a questão nacional e colonial. Finalmente Serrati retira sua moção e o congresso ouve as intervenções dos delegados sobre o Irã, Coréia, China, Turquia e as duas intervenções sobre a Irlanda. (BROUÉ, 2007, p. 204 – 205)

Serrati anuncia que se absterá, uma vez que não está satisfeito com a definição de “povos atrasados”, pois acredita que o proletariado tem que conservar sua independência dos “burgueses democratas”, mesmo que rebatizados de “nacional revolucionários”, além disso, defende que a emancipação dos povos será obra da revolução proletária e da ordem soviética. Wijinkoop (holandês) esta na primeira fileira dos que protestam e acusam Serrati de se furtrar às críticas e à discussão. Zinoviev (russo) acusa o italiano de faltar com as regras da camaradagem, mas confia o julgamento final aos trabalhadores italiano. Serrati retoma a palavra para acusar seus acusadores e dizer que, em hipótese alguma, se deve apoiar a burguesia. Graziadei, então, se solidariza com ele. A moção é finalmente aprovada, salvo por três abstenções. (BROUÉ, 2007, p. 205)

Destacamos esse episódio nos debates do II Congresso da III Internacional pela concretude que assume a tensão entre o nacional e o internacionalismo no debate da estratégia de luta proletária. Ideia de “nacional – revolucionário” proposta por Lenin, imediatamente gerou reação.

Lenin foi o único entre os socialistas da II Internacional colocados na tradição marxista que conseguiu superar a interpretação liberal e abstrata do direito à autodeterminação das nações, dando-lhe o conteúdo que emana da realidade histórica concreta e articulando-o, simultaneamente, com a teoria geral do capitalismo e da revolução de Marx.

A contribuição de Lenin está em vincular o paradigma que se universalizou no marxismo original (que aponta a estratégia da revolução mundial e o internacionalismo proletário) com o direito à autodeterminação nacional.

Os dois principais trabalhos de Lenin sobre este tema datam de 1914, *Sobre o direito das nações à autodeterminação*, e de 1916, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. No primeiro, Lenin trabalha com essa distinção de “nacionalismo de nação opressora” e “nacionalismo de nação oprimida” que, são exemplo de formulação que avança a produção teórica marxista e contribui para a luta de classe da perspectiva de organização e luta da classe trabalhadora.

Esse texto tem uma preocupação em formular sobre o que significa a autodeterminação das nações. Nesse sentido, Lenin afirma que a autodeterminação das nações significa sua separação política de entidades nacionais alheias, e a formação de um Estado nacional independente. (LENIN, 1974, p 9 -10)

Uma importante ponderação que Lenin faz para abordar concretamente do problema da autodeterminação nacional é, distinguir dois períodos históricos do capitalismo radicalmente distintos no que diz respeito aos movimentos nacionais. O momento da formação do Estado Burguês na transição do feudalismo como período do despertar dos movimentos nacionais em que camponeses e setores numerosos da população – aqueles que são difíceis de mobilizar para luta por liberdade política em geral e por direitos da nação em particular - são incorporados em um movimento democrático burguês de massa. E no segundo momento, é o típico período de ausência de movimentos democráticos burgueses de massas. Nesse segundo momento, o fato de que o capitalismo desenvolvido aproxima e entrelaça cada vez mais as nações plenamente incorporadas no intercâmbio comercial, põe em primeiro plano o antagonismo entre capital internacionalmente unido e o movimento proletário internacional. (LENIN, 1974, p. 16).

Os nacionalismos de “nação oprimida” e de “nação opressora” estão relacionados a esses períodos. “A primeira distinção situa-se, portanto, entre, por um lado, movimentos nacionais que se dão em um contexto marcado pela eclosão de revoluções burguesas e, por outro lado, aqueles que afloram em um contexto já marcado pela ordem capitalista. Frequentemente, esta distinção adquire a forma de uma periodização, referindo-se, neste caso, a duas grandes “épocas”: 1) derrocada do feudalismo e do absolutismo, na qual se constituíram uma sociedade e um

Estado burguês sob forma democrática, sob o impacto dos movimentos de massas; 2) a época da ordem capitalista consolidada, com regime constitucional já estabelecido há muito tempo e com antagonismo entre o proletariado e a burguesia bastante desenvolvido. Se a luta pelas liberdades políticas em geral e, em particular, pelos direitos da nacionalidade, eram típicas da primeira época, a segunda seria marcada pela ausência de movimentos democráticos burgueses de massas” (Lenin, 1971;590)

Para Lenin, reconhecer o direito à autodeterminação dos povos, é a única “política prática” e de princípios no problema nacional, a única que de verdade promove a democracia, a liberdade e a unidade proletária. Reconhecer a todos o direito a separação, apreciar cada questão que faz a separação do ponto de vista de eliminar toda desigualdade, todo privilégio e todo o exclusivismo. (LENIN, 1974, p 30)

Nesse texto inflamado Lenin debate com as interpretações oportunistas sobre a questão nacional. Segundo Lenin, os “oportunistas teriam feito seu o argumento de Luxemburgo que acusava o ponto “9” do programa bolchevique de não conter nada prático”. Luxemburgo teria argumentado que o ponto do programa não fornecia nenhuma indicação “prática” para a política cotidiana do proletariado, ou seja, não apontava solução prática alguma aos problemas nacionais. (LENIN, 1974, p. 26).

A burguesia atua no começo de todo movimento nacional como força hegemônica e nesse movimento o “prático” é o apoio de todas as aspirações nacionais. Mas a política do proletariado, no problema nacional assim como nos demais problemas, apoia a burguesia numa determinada questão, até um certo ponto que não coincide com a política burguesa. Lenin elucida a contradição: a classe operaria apoia a burguesia para assegurar a paz nacional, para assegurar a igualdade de direitos e criar melhores condições para luta de classes. A burguesia não consegue assegurar a paz, que só é alcançada com uma completa democracia. Contra o “prático” apoio às aspirações nacionais da burguesia o proletariado coloca seus princípios no problema nacional. Da perspectiva burguesa o problema nacional está relacionado a privilégios e vantagens para sua nação. Por sua vez, os princípios do proletariado na questão nacional são contra todo e qualquer privilégio e exclusivismo.

No texto *O Oportunismo e a Falência da II Internacional, 1916*, Lenin busca esclarecer o conteúdo do manifesto do congresso de Basiléia de 1912, que se refere à guerra mundial Imperialista e foi adotado por todos os partidos socialistas do mundo. O manifesto de Basiléia indica de maneira absolutamente concreta, nas palavras de Lenin, uma série de conflitos econômicos e políticos que prepararam a guerra Imperialista durante décadas, que se tinham revelado plenamente em 1912 e provocaram a guerra de 1914.

Neste sentido o manifesto recorda o conflito russo-austriaco a propósito da “hegemonia nos Balcãs”, o conflito entre a Inglaterra, a França e a Alemanha, a propósito da sua “política de conquista na Ásia Menor”, o conflito austro-italiano a propósito da “aspiração ao domínio” na Albânia, etc. O manifesto define numa palavra todos esses conflitos como conflitos no terreno do “Imperialismo capitalista”.

Lenin resgata o manifesto de Basiléia para mostrar que no terreno da guerra do “Imperialismo capitalista” os socialistas que reconhecem a “defesa da pátria” são “sociais-chauvinistas”, isto é: “socialistas em palavras e chauvinistas na realidade, que ajudam a sua burguesia a pilhar países estrangeiros, a subjugar outras nações. O que é essencial na noção de chauvinismo é a defesa da sua pátria mesmo quando as ações desta visam escravizar as pátrias alheias”.

É de grande importância entre os socialistas e no âmbito da produção marxista sobre a questão nacional reconhecer uma guerra imperialista e nela identificar o papel que joga a defesa da pátria, o chamado chauvinismo. É de grande importância reconhecer a guerra como uma guerra imperialista e diferenciá-la em sua tática da guerra por libertação nacional.

No texto, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, dessa mesma data, 1916, Lenin também dedica atenção à questão nacional. Destacamos nesse texto, que no momento de guerra imperialista os Estados nacionais em termos globais eram raros. Reconhecia-se o estado de Estado – nação às formações sociais hegemônicas e no caso latino-americano a existência de formações sociais estatais-nacionais dependentes ou semicoloniais. Diante da expectativa de iminente revolução socialista em escala internacional este estado-nacional “dependente” ou “semicolonial” na América Latina, era visto como uma formação social transitória. Contrariamente a estas expectativas, a revolução socialista mundial não ocorreu e o que parecia “transitório” e, de certa forma, “marginal”, virou regra: um mundo de formações estatais nacionais. (ALMEIDA, 2012, p. 693)

Destacamos nestes trechos selecionados da extensa obra de Lenin como questão nacional é polêmica e desafiadora no pensamento marxista e revolucionário. Não por uma concepção intrínseca ao termo nação, mas como uma questão que tem desdobramentos políticos nas estratégias das organizações operárias.

Categorias de análise como “a defesa do direito incondicional à autodeterminação de cada povo” e “a reivindicação para o partido operário do direito à luta pela manutenção de duas ou mais nacionalidades unidas num mesmo estado”; O “nacional – revolucionário” e o “democrático burguês”; O “nacionalismo de nação oprimida” e “nacionalismo de nação opressora”; A “guerra de libertação nacional” e “guerra imperialista”, têm em comum a questão nacional colocada sempre em termos de subordinação à estratégia revolucionária. Ou seja, tanto a elaboração sobre questão nacional quanto sobre Imperialismo se adequam às necessidades estratégicas da política proletária no momento histórico da luta de classes.

No momento histórico em que Lenin formula e atua o caráter estratégico de sua análise sobre a autodeterminação nacional, pressupunha a perspectiva de revolução mundial. A medida em que a perspectiva de revolução mundial deixa de existir a partir de 1921 para os próprios bolcheviques, a ênfase da questão nacional ganha cada vez mais o contorno de questão colonial, em razão do refluxo revolucionário nos países do capitalismo avançado e porque os desenvolvimentos políticos na Ásia (Extremo Oriente, Sul, Oriente Próximo) permitem vislumbrar novos focos potencialmente revolucionários e, mais particularmente, pontos de apoio à União Soviética em sua luta contra o cerco imperialista. A necessidade de elaboração sobre a questão dos portadores dos valores nacionais fica pendente no pensamento crítico da classe trabalhadora.

Patrimônio latino-americano de lutas internacionalistas e anti-imperialista

A América Latina dispõe de um verdadeiro patrimônio de luta internacionalista e anti-imperialista forjado ao longo dos processos histórico relacionado das lutas por independência, às lutas anti-imperialistas do início do século XXI, passando pelas lutas por libertação nacional nos anos 1960-70.

A “questão nacional” numa perspectiva marxista deve ser realizada (tornar-se realidade) e, portanto, ser negada enquanto teoria separada da prática. Nesse sentido, um espectro ronda o pensamento crítico na América Latina com

formulações originais ao marxismo com relação à síntese entre questão nacional e o internacionalismo.

Apoiados em Fernando Heredia, chamamos de pensamento crítico uma teoria social gestada a partir de processos de luta, ou seja, um pensamento forjado a partir de uma prática militante de luta revolucionária que traduz experiências de luta emancipatórias em produção teórica capaz de articular a questão nacional na sua perspectiva emancipatória, o socialismo e o anti-imperialismo.

José Martí (1853 – 1895) soube compreender e tentar resolver os desafios que representava lutar pela independência nas condições específicas da América Latina e produz a primeira concepção orgânica e abarcadora dos problemas sociais da América Latina e Caribe, a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo anti-colonial e anti-imperialista. Identificou os elementos básicos e os problemas fundamentais do continente, e distinguiu processos civilizatórios dos de libertação e fez avançar assim uma crítica da modernidade. A associação do nacionalismo de cada país à uma causa latino-americana fez com que esse autor pudesse estabelecer uma vinculação do patriotismo com a justiça social e com as classes populares ao defender que os movimentos e as ideias independentistas deveriam responder aos oprimidos de cada país e não só à autodeterminação nacional. E assim vislumbra na libertação nacional a possibilidade da pátria se desenvolver ou seja, estabelece o desafio de elaborar um projeto político de Estado Nação de base e objetivos populares, ideias essas que estão desenvolvidas do ensaio *Nuestra América* (1891).

Mas foi nos anos 1960 – 1970 que, devido a uma revolução que triunfou, as aspirações profundas dos povos latino-americanos entrarem na história de sua construção nacional se colocou concretamente no desfecho da Revolução Cubana que é uma Revolução Socialista de Libertação Nacional, em que o povo entrou na história como protagonista dessa construção. Essas elaborações tiveram um salto de qualidade com uma revolução que triunfou em 1959 relacionando a questão da libertação nacional ao anti-imperialismo e à participação popular e transição ao socialismo

A reação do Imperialismo aos movimentos de libertação nacional coloca em evidência que o caráter nacional e democrático dessas lutas é necessariamente anticapitalista.

(...) Esta política declarada do Imperialismo norte americano de enviar soldados para combater o movimento revolucionário em qualquer país da América Latina, é dizer, para matar operários, estudantes,

camponeses, homens e mulheres latino-americanos, não tem outro objetivo que o de seguir mantendo seus interesses monopolistas e os privilégios da oligarquia traidora que os apoia. Agora se pode ver com toda clareza que os pactos militares subscritos pelo Governo dos Estados Unidos com os governos latino-americanos, pactos secretos muitas vezes às costas do povo, invocando hipotéticos perigos exteriores que ninguém nunca viu em nenhuma parte, tinham o único objetivo de prevenir a luta dos povos. Eram pactos contra os povos, contra o único perigo, o perigo interior do movimento de libertação que coloca em risco os interesses ianques. (CASTRO, 1962, p. 12)

O leito histórico revolucionário latino-americano mostrou a partir da Revolução Cubana que não se separa anti-imperialismo, socialismo e democracia (participação).

O vazio da questão nacional na constituição do Estado faz com que a questão nacional na América Latina seja um tema da luta popular.

Cabe ao povo, num movimento enquanto classe, a realização dessas aspirações num processo de transição ao socialismo. A síntese entre questão nacional e o internacionalismo proletário e povo e classe trabalhadora em movimento de transformação talvez sejam as principais contribuições do marxismo latino-americano para as revoluções populares, projetos de integração e uma possibilidade de uma nova onda de universalização do marxismo a partir de processo de libertação dos povos.

Essa estratégia que vincula a questão nacional com a revolução, também está presente na *Mensagem aos Povos do Mundo através da Tricontinental* (1965):

Temos que levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, última etapa do capitalismo e há que enfrentá-lo num grande confronto mundial. A finalidade estratégica dessa luta deve ser a destruição do imperialismo. A nossa participação, os explorados e atrasados do mundo, é eliminar as bases de sustentação do imperialismo: nossos povos oprimidos de onde se extraem capitais, matérias primas, técnicos e operários baratos e para onde exportam novos capitais - instrumentos de dominação -, armas e todo tipo de artigos submetendo-nos a uma dependência absoluta. O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, então, a liberação real dos povos; liberação que se produzirá

por meio da luta armada, na maioria dos casos, e terá, na América, a propriedade de converter-se numa revolução socialista. (GUEVARA, 1965, p.7)

E na *Declaração de OLAS* (1967), resolução do primeiro (e único) congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que reuniu-se de 31 de julho a 10 agosto em Havana, representantes de organizações de luta revolucionária do Continente que compartilhavam essa estratégia da Revolução Cubana.

As primeiras consequências fundamentais da Revolução Cubana foram a ascensão do movimento anti-imperialista e a consequente radicalização e demarcação de forças em choque. (...) Os imperialistas ianques pretenderam isolar Cuba da América para que seu exemplo não se disseminasse por todo continente. Entretanto, nunca Cuba esteve tão unida ao resto dos povos da América Latina. (...). Estranhos à América Latina são os imperialismos ianques e sua ideologia reacionária. Em Cuba concretizam-se e sintetizam-se as aspirações e ideias de todos os povos da América Latina. Pretenderam isolá-la e, com esta atitude, conseguiram estreitar ainda mais os laços de indestrutível humanidade entre o povo cubano e os restantes povos da América Latina, que constituem uma mesma grande família humana que enfrenta um adversário comum, o principal inimigo de toda humanidade o imperialismo ianque. (Löwy, 2006, p. 327)

A resolução final de OLAS em 20 pontos, que separamos em três blocos para analisar: a perspectiva da revolução no continente; a luta armada; e a relação com a revolução cubana e o internacionalismo dos povos em luta.

Nós, representantes dos povos de nossa América, conscientes das condições existentes no continente, sabedores da existência de uma estratégia comum contra – revolucionária dirigida pelo imperialismo yanqui, proclamamos:

1. Que constitui um direito e um dever dos povos da América Latina fazer a revolução.

2. Que a revolução na América Latina tem suas mais profundas raízes históricas no movimento de libertação contra o colonialismo europeu do século XIX, e contra o imperialismo neste século. A epopeia dos povos da América e as grandes batalhas de classe contra o imperialismo realizadas por nossos povos nas décadas anteriores constituem fonte de inspiração histórica do movimento revolucionário latino-americano.
3. Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e às oligarquias de burgueses latifundiários. Consequentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento econômico e social. (...)
4. Que os princípios do marxismo leninismo orientam o movimento revolucionário da América Latina. (Löwy, 2006, p. 330)

A luta armada e a guerrilha colocam a imprescindibilidade da violência revolucionária na luta pelo poder:

1. Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina
2. Que todas as demais formas de luta devem servir a não atrasar o desenvolvimento fundamental, que é a luta armada
3. Que para a maioria dos países do continente, o problema de organizar, iniciar, desenvolver e fazer culminar a luta armada constitui hoje a tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário.
4. Que os países nos quais esta tarefa não estiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país.
5. Que aos povos de cada país e às suas vanguardas revolucionárias corresponderá a necessidade histórica de estimular a revolução em cada um deles.

6. Que a guerrilha – embrião dos exércitos de libertação – constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria de nossos países.
7. Que a direção da revolução exige, como princípio organizativo, a existência do comando unificado político e militar como garantia para seu êxito. (Löwy, 2006, p. 331)

O significado do internacionalismo que se desdobra desse processo de luta e da experiência da Revolução Cubana e da luta histórica do povo do Vietnã:

1. Que a solidariedade mais efetivas dos movimentos revolucionários entre si é constituída pelo desenvolvimento e pela culminação da própria luta no seio de cada país.
2. Que a solidariedade com Cuba e a colaboração com o movimento revolucionário em armas constituem um dever iniludível de tipo de todas as organizações anti-imperialistas do continente.
3. Que a Revolução Cubana, como símbolo do triunfo do movimento revolucionário armado, constitui a vanguarda do movimento anti-imperialista latino-americano. Os povos que realizam a luta armada, à medida que avançam por esse caminho, situam-se também na vanguarda.
4. Que os povos diretamente colonizados pelas metrópoles europeias, ou sujeitos pela dominação colonial direta dos Estados Unidos, em seu caminho para libertação têm, como objetivo imediato e fundamental, a luta pela independência e a vinculação à luta geral do continente como única forma de evitar ser absorvido pelo neocolonialismo americano.
5. Que a Segunda Declaração de Havana, resumindo a bela e gloriosa tradição revolucionária dos últimos 150 anos da história da América, constitui um documento programático da Revolução Latino-Americana, que os povos desse continente confirmaram, aprofundaram, enriqueceram e radicalizaram nestes últimos cinco anos.
6. Que os povos da América Latina não têm antagonismo com nenhum outro povo do mundo e estendem sua mão fraterna ao

próprio povo dos estados Unidos, exortando-o a lutar contra a política repressiva dos monopólios imperialistas.

7. Que a luta na América latina fortalece seus vínculos de solidariedade com os povos da Ásia, África e países socialistas, assim como com os trabalhadores dos países capitalistas, especialmente com a população negra dos Estados Unidos, que sofre ao mesmo tempo exploração de classe, miséria, desemprego e discriminação racial e a negação dos mais elementares direitos humanos, e constitui uma importante força a considerar no contexto da luta revolucionária.
8. Que a luta histórica do povo do Vietnã presta a todos os povos revolucionários que combatem o imperialismo uma inestimável ajuda, constituindo um exemplo inspirador para os povos da América Latina.
9. Que aprovamos o Estatuto e criamos o Comitê Permanente, com sede em Havana, da Organização Latino-americana de solidariedade, que constitui a genuína representação dos povos da América Latina. (Löwy, 2006, p. 331)

A resolução é concluída com:

Nós revolucionários da nossa América, da América do Sul de rio Bravo, sucessores dos homens que nos deram a primeira independência,

armados de férrea vontade de lutar e de uma orientação revolucionária e científica, e sem outra coisa a perder exceto os grilhões que nos oprimem.

Afirmamos: Que nossa luta constitui um aporte decisivo à luta histórica da Humanidade para se livrar da escravidão e da exploração. (Löwy, 2006, p. 332)

A declaração de OLAS ao afirmar que “*nossa luta constitui um aporte à luta histórica da humanidade para se livrar da escravidão e da exploração: o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*”, reafirma o caráter da revolução na América Latina em que não se separa luta de libertação nacional da transição socialista. E para os povos da América Latina, a luta de classes a partir do conflito social próprio das contradições de suas respectivas formações sociais dependente, coloca o dever e o direito a revolução que é nacional, é latino-americana e é mundial.

A dimensão do Internacionalismo foi amplamente vivenciada pela experiência de Solidariedade OSPAAAL -Organização de Solidariedade aos Povos de Ásia, África e América Latina de 1966 a junho 2019 (quando encerrou suas atividades em Cuba). Destacamos nessa prática um internacionalismo que não pode ser compreendido senão à luz do seu humanismo revolucionário, como expresso nas palavras de Guevara: “*o verdadeiro internacionalista “é aquele capaz de sentir angustia quando um homem é assassinado em qualquer parte do mundo e de se entusiasmar quando se erga uma nova bandeira da liberdade, onde quer que seja”*”. O internacionalismo entendido como um valor militante, mas, sobretudo como uma prática de solidariedade real, ativa entre os povos que lutam contra o Imperialismo e pela defesa dos povos que lutam por sua libertação nacional em processos de transição ao socialismo.

Diante do avanço dessa concepção e dessa prática internacionalista a partir de processos de libertação nacional e da derrota dos EUA no Vietnã, ficou claro que a luta dos povos e a cultura impôs uma derrota à tecnologia de guerra, ou seja, para exercer a dominação Imperialista não é suficiente o terreno econômico, diplomático, militar é necessário exercer a dominação no complexo da vida. É assim que o pentágono desenvolve nos anos 90 é doutrina de dominação para América buscando ter capacidade total de controle e eliminar pontos de vulnerabilidade.

Como caracteriza Ana Esther Ceceña (2005) a chamada doutrina de dominação de espectro completo visa o controle das emoções, modo de desejar, da linguagem, da cultura, do mercado e todas as esferas de reprodução e organização da vida. É uma Guerra Assimétrica, de um lado o Estado com máquina guerra com capacidade bélica e inteligência de guerra em confronto assimétrico no embate contra organizações comunitárias e populares atuando com suas ferramentas de lutas, formação política e organização popular, colocando em movimento uma diversidade de atores, com destaque ao protagonismo das mulheres, povos originários, negros e juventude.

A guerra se dá por meios híbridos e o provoca caos, como caracteriza Korybko (2019). Diferente do contexto da Guerra Fria que teve protagonistas institucionais (Estados e organismos institucionais) hoje se estabelece uma guerra difusa contra os povos que reagem aos impactos nocivos do neoliberalismo. Uma guerra que se difunde, não reconhece fronteiras, rastejam, penetra nos nossos corpos, corações e mentes e explorem como crises sanitárias, crise ambiental, crise social, política, civilizatória, colocando novos desafios à luta de classe.

Dada a combinação da guerra convencional com métodos outros de guerra a atuação Imperialista na América Latina se consuma em projetos como o IIRSA (Integração Infraestrutura Regional Sul Americana) e Plan Puebla Panamá; no aumento da militarização em diversas modalidades, até o cenário da chamada guerra cibernética, ou guerra de quarta geração e todos esses meios têm um centro de difusão Imperialista.

A Venezuela é atualmente o exemplo de processo em quem o povo entra na história de sua construção nacional e exerce soberania. A experiência de organização popular nesse país é revela vinte exercício de poder por parte do povo e, por esse motivo, tem condições de resistência a ofensiva Imperialista. A partir da ofensiva neoliberal dos anos 1990 e da consequente resistência popular aos Acordos de Livre Comércio, às políticas de privatização e à redução dos direitos trabalhistas e sociais – foram impulsionados diversos processos de articulação internacional, com destaque à Campanha Continental Contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Depois da realização de massivas mobilizações populares em toda a América, o ano de 2005 marcou a vitória popular que enterrou definitivamente esta proposta imperialista. O Fórum Social Mundial (FSM), que se iniciou em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Brasil, sob o lema “Um Outro Mundo é Possível” realizou durante mais de uma década edições anuais, o FSM reunindo uma diversidade de setores que se opunham às políticas neoliberais e às guerras imperialistas. Dentro do FSM, em 2009, ocorreu a Assembleia de Movimentos Populares das Américas, que produziu a *Carta de Belém*, dando origem à Articulação Continental dos Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). A Carta de Belém contém a plataforma política comum para a construção de um processo continental de solidariedade e integração dos povos das Américas frente ao imperialismo estadunidense. As vitórias eleitorais a partir de Hugo Chávez permitiram avanços sociais e políticos na região, como também avançou na construção de mecanismos inéditos de integração regional, como a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a ALBA, em 2004. Atualmente a Assembleia Internacional dos Povos, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, as Escolas de Formação Política no Sul Global e as ferramentas de comunicação popular fazem parte desse processo.

Considerações finais

No leito histórico revolucionário latino-americano, há uma tradição em vincular a luta nacional por soberania, a luta por libertação nacional a uma causa latino-americana, com uma perspectiva internacionalista e anti-imperialista, desde José Martí. Nessa perspectiva, afirmamos que não há dicotomia entre a luta por soberania popular, por um projeto de país e a luta internacionalista numa perspectiva de integração dos povos. Está em curso uma ofensiva do Imperialismo contra os povos que resistem, nós não somos vítimas, a guerra híbrida é contra nós.

Está colocado - num momento de crise com pandemia - a necessidade de pensar o futuro de forma radical, ir à “raiz” da tradição revolucionária latinoamericana. Os povos latino-americanos têm um verdadeiro patrimônio de resistência teórico e de prática marxista forjado nas lutas por libertação nacional que hoje pode ser traduzido na (I) Batalha de Ideias, que se refere à centralidade da luta ideológica contemplando a questão de classe e cada vez mais a questão ambiental; (II) Solidariedade entre os povos do mundo que hoje significa concretamente salvar a vida do povo, por meio de políticas de solidariedade e trabalho de base, elevação do nível de consciência e acúmulo organizativo. (III) E Projeto de País democrático, soberano e necessariamente popular que aponte para o processo de emancipação, portanto: socialista.



Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio (2012). *Entre o nacional e o neonacional--desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo*. IN Serv. Soc., São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez.

ARGUMERO, Alcira (1993). *Los silencios y las voces en América Latina – notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Buenos Aires, Ediciones del Pensamiento Nacional.

ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades Imaginadas- reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Ed Fondo de Cultura Económica.

BOLIVAR, Símon. *Carta de Jamaica (1815)* IN. DOCUMENTOS. Colección ALBA Bicentenario. Fondo Editorial Casa de las Americas, Havana, 2010.

_____. *Manifiesto de Cartagena. (1815) (idem)*

_____. *Discurso de la Angostura. (1891) (idem)*

_____. *Carta a Santander. (1820) (idem)*

BROUÉ, Pierre (2007). *História da Internacional Comunista (1919 – 2005)*; tradução de Fernando Ferrone. São Paulo, Editora Sundermann.

CECEÑA, Ana Esther (2005). *Hegemonias e Emancipações no Século XXI*. Editora CLACSO.

GRUNER, Eduardo (2011). (ORG) *Nuestra América y el pensamiento crítico – fragmentos de pensamiento crítico de Latinoamérica y Caribe*. Buenos Aires, CLACSO.

_____. (2010). *La voluntad de pensamiento (crítico) para América Latina. In La oscuridad y las Luces – Capitalismo, cultura y revolución*. Buenos Aires, Edhasa.

HARNECKER, Marta. Fidel (2000). *A estratégia Política da Vitória*. São Paulo, Expressão Popular.

HILFERDING, R. (1995). *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural.

HEREDIA, Fernando Martínez (2010). *La Crítica en Tiempo de Revolución. Antología de textos de Pensamiento Crítico*. Santiago de Cuba, Editorial Oriente.

_____ (2011). *Histórias Cubanas*. Havana, Ediciones Luminaria.

HOBBSAWM, Eric, J. (1998). *A era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras.

KORYBKO, Andrew. (2019) *Guerra Híbrida das revoluções coloridas aos golpes*. Editora Expressão Popular.

LETIZIA, Vito Antonio (2014). *Contradições que movem a história do Brasil e do Continente Americano*. 1 ed., São Paulo, Organização: CEMAP / Interludium.

LENIN, V.I. (2007). *O Estado e a Revolução*. São Paulo, SP. Editora Expressão Popular.

_____ (2005). *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Editora centauro.

_____ (1974). *A Política nacional y el internacionalismo Proletário*. Buenos Aires, Ed. Polemica.

LOWY, Michael (2010) *Nationalismes du Sud*. Paris, Critique Communiste, n. 144

_____ (2006). *O Marxismo na América Latina – antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Perseu

MAO Júnior. José Rodrigues (2007). *A revolução cubana e a questão nacional (1868 1963)*. 1 ed., São Paulo, Editora do Autor.

MÁRMORA, Leopoldo (1986), *El concepto socialista de Nación*. Cuadernos de Pasado y Presente.

MARTÍ, Jose (2000). *Obras escogidas en tres tomos*. (TOMO I, II e III) Instituto Cubano del Libro, Havana, Editorial de Ciencias sociales.

MARX, K. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Editora Expressão Popular.

MORAES, Roque. e GALIAZZI, Maria do Carmo (2006). *Análise textual discursiva: processo reconstitutivo de múltiplas faces*. São Paulo, Ciência e Educação. vol 12, n. 1.

NAKAMURA, Danilo Chaves (2020). *Ainda Temos um mundo a ganhar?*. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

RAMOS, Jorge Abelardo (2012). *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Ediciones Continente.

SALEN Jean. *Lenin e a Revolução (2008)*. São Paulo, Editora Expressão Popular.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano (2007). *Imperialismo e os sindicatos*. IN: REVISTA Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro.

VIGENANI, Tullo (1988). *Notas sobre a questão nacional no Manifesto Comunista, em Marx e no Marxismo*, Revista Lutas Sociais, n. 4, Dossiê – 150 anos do Manifesto Comunista.

VIJAY, Prashad. (2020). *O Lenin internacionalista: autodeterminação e anticolonialismo*. O Germinal.